

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA 20/07/22

Aos vinte dias do mês de julho, de dois mil e vinte e dois, de forma presencial foi realizada reunião Ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA. Compareceram à reunião os seguintes membros: Tatiane Moral Scaglione Stella – Fundo Social de Solidariedade, Bruna Secafem Paiuta – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Evelin Minowa – Secretaria Municipal de Educação, Márcia Juliana Cardoso – Secretaria Municipal de Saúde, Phâmela Thaiana Souza Lopes Amaral – Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, Cláudia Renata Novollette – Sindicato dos Bancários de Piracicaba, Lucila Maria Calheiros Silvestre – Escola de Mães Profa. Branca Motta de Toledo Sachs, José Carlos Elias Junior – Casa Hip Hop, Lia Helena Figueiredo Giannechini – Lions Clube, Ademir de Lucas – Programa Redemoinho Agroecologização Territorial, Alessandra Aparecida Zilio Cozzo Siqueira – ETEC. Justificaram ausência: Natália Gebrim Doria, Eliane Oliveira de Souza – Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, João Fernando de Almeida Benedetti e Fernanda Correa de Moraes - Comunidade que Sustenta a Agricultura CSA Piracicaba, **Ouvintes:** Manuella Di Bene Roeda Ruiz – representando a Casa dos Conselhos, Magno Peres Rodrigues e Antonio de Jesus – APEOESP, Gabriela Bruno Laroca – DAN I SME. Claudia dá início a reunião lembrando pontos que foram acordados no último encontro extraordinário, onde informes serão feitos no fim da reunião, comenta brevemente sobre a falta de participação dos representantes da SEDEMA e realiza a votação da Ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em sequência lembra pontos chaves da dinâmica de apresentações e ordem de discussões, Pamela representante do SEMAE traz a primeira apresentação, comentando brevemente sobre programas de tarifas sociais, direcionadas a famílias com baixa renda, desempregados e pensionistas que tenham consumo de 20m³ ao mês, fala brevemente sobre dinâmica de funcionamento do programa e da sua baixa adesão dentro do município, atualmente 7 pessoas possuem a tarifa, comenta sobre uma nova resolução - ARES-PCJ no 251 e 253/2018, 05 de setembro de 2018, que tem intuito de facilitar adesão aos programas e ações da pasta que acabaram sendo prejudicadas pela pandemia. Comenta também sobre a dificuldades de ter adesão aos programas por conta da divulgação deficiente, da delimitação de consumo e da falta de documentação adequada para aderir a tarifa. Um trabalhador da SEMAE presente em reunião comenta trabalhar na instituição há 36 anos e não conhecer nenhum dos programas apresentados, há uma breve discussão sobre a probabilidade de aumentar ou se agravar a falta de água no abastecimento público em breve, e da falta de caixas de água dentro das residências do município. Claudia faz alguns questionamentos sobre o planejamento de ações que envolvam o abastecimento, a falta de água e a questão do grande volume de vazamentos dentro do sistema de distribuição público. Também há uma breve discussão entre conselheiros sobre as bicas do município e a preservação de nascentes, por fim é entrado em consenso que é necessário um esforço coletivo para ampliar e fortificar a divulgação de ambas as tarifas. Também se diz sobre o benéfico oferecido as hortas, Ademir comenta que em alguns casos, apenas o proprietário do terreno realmente tem vantagem com os descontos e não quem realmente cuida da horta em si e complementa dizendo que benefício deveria ser direcionado ao produtor e não ao

proprietário do terreno. Tatiane aconselha Pamela a entrar em contato com Natalia para alinhar as questões de hortas e verificações. Magno (CAE?) questiona sobre a vinculação da agricultura familiar dentro de escolas, Claudia sugere aguardar a apresentação da pasta. Em sequência Evelin apresenta mapeamento da Secretaria Municipal De Educação, comentando sobre alimentação escolar, onde traz um breve vídeo explicando o que é e como funcionando o PNAE e comenta seus objetivos e dinâmicas trazendo o contexto para o município, fala sobre número de escolas, orçamentos e afins. Comenta sobre pontos do planejamento, sobre dificuldades e desafios cotidianos. Traz também a questão feita anteriormente da agricultura onde algumas hortaliças e frutas são provenientes da agricultura familiar do Município comenta sobre a intenção de trazer os orgânicos para dentro da rede e sobre hortifrutas minimamente processados com intenção de agilizar trabalho de merendeiras, comenta sobre intenção de trazer sucos e iogurtes da agricultura familiar, mas que está encontrando dificuldade com a cotação desses produtos, por fim diz sobre outros alimentos provenientes da agricultura familiar de outras regiões. Magno faz um questionamento sobre os orgânicos, mas a questão em si não tem ligação com a secretaria, Ademir traz alguns pontos da produção dos orgânicos e suas legislações afim de responder a dúvida e faz críticas a estrutura do PNAE no sentido de estar enviesado com visão estrita e deixar de lado alguns pontos dos produtores como tempo de colheita por exemplo. Alessandra complementa elogiando o PNAE, mas concordando com ponto de vista de Ademir, Bruna traz questionamento relacionado a recursos e impasses entre dinâmicas Federais, Estaduais e municipais. Evelin explica dinâmica dentro do Município, Estado e Federação e traz contexto sobre a falta de orçamento muitas vezes. Magno faz questionamento sobre convenio Estado – Município, Evelin traz a perspectiva que a princípio não há previsão que seja reestabelecido tão cedo. Claudia traz consideração sobre PNAE e suas intersetorialidades, faz críticas a lógica de terceirização e precarização de serviços, Lucila comenta sobre história da alimentação escolar no município e lembra que Piracicaba sempre foi pioneira nos programas de alimentação e comenta sobre bloqueio de verbas o aumento da terceirização e a falta de apoio político para todo esse cenário e parabeniza corpo técnico que consegue trabalhar de maneira eficiente com pouco recurso, Lucila, Claudia e Ademir discutem brevemente sobre história e processos da alimentação escolar. Na sequência explica brevemente sobre sequência de reuniões e onde materiais estão alocados e por fim, Alessandra traz informes sobre o CAE, onde sua gestão se encerra e comenta sobre pontos deixados para a próxima gestão e comenta sobre função deliberativa do CAE, fala sobre pontos de sua gestão, dificuldades e cenários identificados. Comenta também sobre trocas de secretários, volta a falar sobre a terceirização dentro da rede municipal e fala sobre nota direcionada ao poder executivo em que CAE não estava contrário a trabalho da equipe técnica do município e complementa sobre dificuldades na terceirização e treinamento correto diz sobre questão de alergias alimentares, seus processos dentro da rede e fala um pouco sobre a nova composição da direção do CAE, seu processo eleitoral e as dinâmicas entre CAE Municipal – Estadual. Em sequência, devido ao tempo de reunião ser extrapolado a mesma é encerrada.

Eu, José Carlos Elias Junior, secretário, encerro a presente Ata, que deverá ser lida e assinada por mim e pela presidente.



Conselho Municipal de
Segurança Alimentar e Nutricional

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

ALIMENTAR E NUTRICIONAL-COMSEA

MUNICÍPIO DE PIRACICABA - ESTADO DE SÃO PAULO – BRASIL

José Carlos Elias Junior
Secretário

Cláudia Renata Novolette
Presidente